

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.390 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 2001

Cabral quer tornar a Justiça mais ágil

Relator da reforma do Judiciário propõe extensão do efeito vinculante às decisões do STJ e do TST

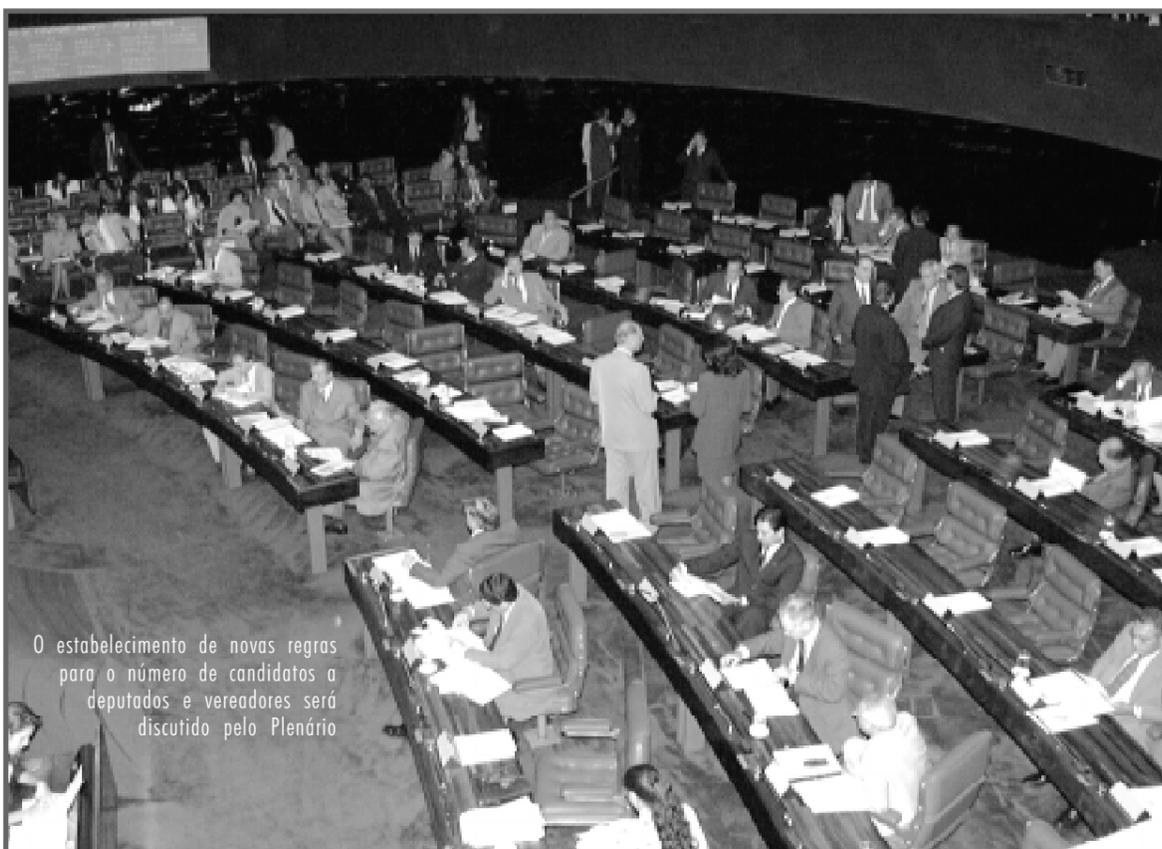
O senador Bernardo Cabral deve entregar nesta quarta-feira à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania seu relatório sobre a proposta de reforma do Judiciário. Uma das alterações que propõe – com a finalidade de reduzir o número de causas e acelerar o andamento dos processos – é a

determinação de que as decisões de instâncias iniciais sigam as adotadas por três tribunais superiores: Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Tribunal Superior do Trabalho (TST). A proposta original prevê o chamado efeito vinculante apenas para o STF.

PÁGINA 5



Cabral também sugere proibição de que magistrados empreguem parentes nos tribunais



O estabelecimento de novas regras para o número de candidatos a deputados e vereadores será discutido pelo Plenário

Mais um projeto da reforma política vai a votação

PÁGINA 4



Proposta de Ademir Andrade será votada em segundo turno

Plenário examina confisco de terra onde houver trabalho escravo

PÁGINA 3



Jorge Bornhausen é autor do projeto que institui o código

Malan pode falar sobre reflexos do Código do Contribuinte

PÁGINA 8

Proposta aumenta duração de lâmpadas em 54%

PÁGINA 7

Comissão vota indicação de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se amanhã, a partir das 17h30, para votar indicação de embaixadores para representar o Brasil junto às Repúblicas da Áustria e de Malta. O diplomata Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur foi indicado para a embaixada em Viena, enquanto o embaixador Joaquim Luís Cardoso Palmeiro, que representa o país na Líbia, deve acumular a embaixada em Malta. Os diplomatas serão sabatinados em reunião secreta e, caso sejam aprovados, ainda dependerão de votação em Plenário.

Vários acordos internacionais também estão na pauta da CRE. Dentre eles, destacam-se o Acordo Multilateral de Segurança Social do Mercosul e seu regulamento administrativo; o Protocolo Ushuaia, sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile; a Convenção de Basiléia, sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito; e o Convênio sobre a Recuperação de Bens Culturais Roubados ou Exportados Ilicitamente.

CPI ouvirá o presidente do Flamengo

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades nas associações e clubes de futebol recebe amanhã, às 10h, o presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva. A CPI é presidida pelo senador Álvaro Dias (PDT-PR) e tem como relator o senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

Exame periódico pode ser obrigatório para motorista

Exigência do teste psicológico garantirá mais segurança nas estradas, segundo avaliação de Romeu Tuma, relator do projeto na CCJ

O Senado vota na próxima quinta-feira projeto oriundo da Câmara que obriga a realização de exame psicológico periódico pelos motoristas profissionais. Na Câmara, o texto foi aprovado no entendimento de que muitas anomalias comportamentais originam-se do próprio exercício da profissão de motorista, não podendo ser detectadas à época de sua primeira habilitação para dirigir.

Na primeira vez em que foi examinado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto recebeu parecer contrário do senador Roberto Freire (PPS-



Tuma apresentou na Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável à proposta

PE), o qual sustentou que a tese de que o exame psicológico pe-

riódico reduz acidentes nas estradas não se ampara em estatísticas claras, mas em especulações.

A matéria foi contudo reexaminada e a CCJ aprovou parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável à exigência desse exame. Tuma argumenta que, se a defesa da avaliação psicológica não está baseada em estatísticas claras, também não se pode dizer que a redução do número de acidentes resulte unicamente de ações preventivas do poder público. Para Tuma, ao exigir-se esse exame, se garantirá mais segurança nas estradas.

Jucá elogia atuação da diplomacia brasileira

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a atuação do corpo diplomático brasileiro, observando que a sociedade concentra na diplomacia suas expectativas de superação de desafios e problemas que afligem a humanidade, principalmente a partir de uma nova ordem mundial que começou a ser desenhada desde o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001.

Nesse contexto, acrescentou, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil "inscreve-se há muitos anos no seletíssimo grupo que concentra os melhores e os mais eficazes agentes diplomáticos de todo o mundo". Ele informou que o ministério conta, há mais de meio século, com uma escola de elite, constituída pela qualidade de seus programas e pela excelência de seus professores, que é o Instituto Rio Branco.

Além de assuntos que vêm sobressaltando o mundo, como os recentes atentados terroristas, a ação diplomática, segundo Jucá, precisa dar conta da complexidade e dos novos desafios que alcançam todos nas esferas da economia e da cultura.



Jucá: Itamaraty está preparado para os desafios

Eduardo aplaude apoio aos índios do Tocantins

O governo do estado do Tocantins desenvolve projetos destinados a melhorar a qualidade de vida dos índios e a resgatar os seus valores culturais, informou o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), ao aplaudir o programa implementado pela Secretaria de Cultura denominado Conhecendo e Preservando as Culturas Indígenas do Tocantins.

O senador registrou que o governo estadual, com o propósito de incentivar o resgate da história, da arte e dos conhecimentos da população indígena, dá um exemplo para o país e cria mecanismos para que os mais de 6.200 índios karajás, xerentes, krahôs, a pinajés e javaés, que vivem no Tocantins, tenham condições de preservar as suas culturas.

Ele informou que o governo vem implantando escolas bilíngües (em português e no idioma dos índios), com aulas ministradas por professores indígenas adequadamente treinados.

O senador observou que, apesar dos esforços do governo federal, a maioria das tribos espalhadas pelo país ainda precisa de política de apoio que ajude os índios a superar a situação em que vivem.



Eduardo disse que programa atende a 6.200 índios

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 2001

PLENÁRIO
14h30 – Sessão não deliberativa ordinária
PREVISÃO PLENÁRIO
Terça-feira 14h30 – Sessão deliberativa ordinária Pauta: requerimento solicitando a convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, para prestar informações sobre as consequências da aprovação de projeto que institui o Código de Defesa do Contribuinte; entre outros.
Quarta-feira 14h30 – Sessão deliberativa ordinária Pauta: votação da proposta de emenda constitucional que expropria terras em que se constate a existência do trabalho escravo; projeto que cria o Código de Defesa do Contribuinte; Requerimentos solicitando ao ministro da Fazenda que determine ao Banco Central o envio ao Senado de toda a movimentação bancária de janeiro de 1995 a julho de 2000 do ex-secretário-geral da presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira; entre outros.
Quinta-feira 10h – Sessão deliberativa ordinária Pauta: projeto que obriga motoristas a realizarem exames psicológicos periódicos; entre outros.
COMISSÕES
Terça-feira 10h – Comissão de Assuntos Econômicos Pauta: 15 itens, incluindo projeto que regulamenta a fabricação de lâmpadas fluorescentes. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19
10h – CPI do Futebol Pauta: depoimento do presidente do Flamengo, Edmundo dos Santos Silva. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2
11h30 – Comissão de Educação Pauta: 06 itens, incluindo projeto que institui o Dia da Bíblia. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15
14h – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Pauta: 04 projetos, incluindo o que proíbe a implantação do horário de verão nos estados de Goiás e Tocantins e no Distrito Federal. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13
14h30 – Comissão de Revitalização do Rio São Francisco Pauta: exposição do presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Jerson Kelman. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15
17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Pauta: indicação dos diplomatas Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, para o cargo de embaixador na Áustria, e Joaquim Luís Cardoso Palmeiro para o cargo de embaixador em Malta; e acordos internacionais. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7
Quarta-feira 9h – Comissão de Assuntos Sociais Pauta: 06 itens, incluindo projeto que trata das atividades do médico residente. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado vota confisco de terra com trabalho escravo

Proposta de emenda constitucional do senador Ademir Andrade que o Plenário examinará em segundo turno prevê que a propriedade será utilizada na reforma agrária em benefício dos colonos ali explorados



Leomar Quintanilha defende política capaz de evitar o êxodo rural

Quintanilha quer nova política para o campo

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) cobrou do governo federal a imediata definição de uma política agrária destinada a dar ao homem do campo todas as condições técnicas e de infra-estrutura necessárias para que este possa fixar-se à terra. Somente dessa maneira, no entender do senador, o êxodo rural, responsável pelo inchaço das cidades, poderia ter um freio.

Quintanilha entende que uma política agrária "séria e responsável" faria com que as exportações de gêneros alimentícios crescessem, promovendo o equilíbrio na balança comercial brasileira. O senador observou que, atualmente, apenas 18% dos brasileiros moram e trabalham no campo, percentual considerado por ele muito baixo, já que o Brasil é tido como um país agrícola.

O senador pelo Tocantins disse que a ausência de uma política agrária vem trazendo intranquilidade aos produtores rurais, o que, acrescentou, é agravado com as constantes ameaças de as terras serem transformadas em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para Quintanilha, as desapropriações promovidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) são em sua grande maioria injustas, com graves prejuízos financeiros para quem, durante anos, dedicou-se à produção.

— Além do mais, os assentamentos rurais não vêm dando certo devido à falta de estrutura e planejamento. O governo está entregando glebas de terras a pessoas despreparadas — alertou.

Em segundo turno, o Senado decide nesta quarta-feira se aprova proposta de emenda à Constituição do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que desapropria, sem indenização, terras onde se explore trabalho escravo, para utilizá-las na reforma agrária, em benefício dos colonos ali explorados.

Em sua proposta, Ademir Andrade altera dispositivo constitucional que já impõe a perda da terra sem indenização para o proprietário que cultive plantas ilegais. Sua emenda pune da mesma forma quem explore trabalho escravo, sem eliminar outras san-

ções já previstas em lei para esses delitos.

Nas duas infrações, o dono da terra será também confiscado de qualquer bem econômico resultante de tráfico ilícito de entorpecente e da exploração de servidão. Esses valores serão aplicados na recuperação de viciados, no assentamento de colonos escravizados e no aparelhamento da fiscalização.

Se aprovada em segundo turno, a proposta seguirá para deliberação da Câmara.

Ademir defende essa mudança



Ademir diz que trabalhadores ainda são escravizados em usinas de cana, carvoarias, madeireiras e garimpos

dizendo que, vergonhosamente, a prática do trabalho escravo ainda ocorre no Brasil, em diversos se-

tores da economia, como usinas de cana-de-açúcar, carvoarias, madeireiras e garimpos.

Carlos Wilson cobra mais ação no combate à fome

Ao abordar a questão da fome no país, o primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE), alertou para a necessidade de as autoridades públicas superarem a fase da denúncia e partirem para ações práticas que resolvam o problema. Ele registrou que, atualmente, mais de 16 milhões de brasileiros são vítimas da fome e que os programas até hoje implementados pelos governos não conseguiram ter a eficiência necessária.

— A fome não é privilégio geográfico, pois está espalhada em todo o país. Enfrentá-la não é apenas um exercício político. É um ato de humanidade — afirmou Carlos Wilson, defendendo que o governo combata a fome, incor-



Segundo Carlos Wilson, mais de 16 milhões de brasileiros são vítimas da fome

porando a agricultura familiar ao mercado de consumo.

Para o senador, somente com uma reforma agrária capaz de fi-

xar as famílias à terra e que esteja apoiada em programas como o Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar), o governo poderá ser bem-sucedido no combate à fome.

Carlos Wilson criticou o tradicional programa de distribuição de cesta básica, instituído há mais de 60 anos e executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), "seja pela operação confusa e centralizada, seja pelas distâncias continentais do Brasil". Disse também que, apesar de revestido da maior dignidade, o programa defendido pelo PT, de distribuição de dinheiro aos carentes, também não resolverá o problema de desenvolvimento das economias locais.

— Qual a certeza que podemos ter de que os recursos distribuídos serão realmente aplicados na alimentação? Mais ainda, será que as comunidades beneficiadas terão ao seu alcance os produtos de que necessitam? — indagou o primeiro-secretário, cobrando soluções efetivas do governo para o problema.

— Se assim não for feito, vamos encarar novamente as boas intenções que ficam apenas nas boas intenções — completou Carlos Wilson.

Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Gilvam Borges (PMDB-AP), em apartes, apoiaram as preocupações de Carlos Wilson, lembrando que a fome é o sinal mais significativo da má distribuição de renda e da injustiça social do Brasil.

Lobão elogia política da reforma agrária

O senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou a política do governo para a reforma agrária e o trabalho do ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann. Lobão informou que o ministro encaminhou carta-consulta à Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), órgão ligado ao ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com vistas à assinatura de um empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 130 milhões para a implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR). O objetivo do cadastro é combater a grilagem de terras, a partir de uma base comum de informações, que inclui-

rá todos os registros de terras com os cartórios.

Segundo Lobão, o Cnir é um avanço operacional de grande significação. O senador destacou ainda o apoio internacional, que seria conseqüência de medidas concretas tomadas pelo governo e "voltadas não apenas para a distribuição de terras, mas para o estabelecimento de uma política agrária que viabilize a manutenção do homem no campo", o que ele considera fundamental.

Dentre as medidas do governo, Lobão citou iniciativas como a formação de um grupo colegiado que definirá uma política nacional de controle do uso de agrotóxicos e outras questões sobre meio ambi-

ente. Ele também lembrou programas como o Projeto Lumiar, que descentraliza a assistência aos projetos de reforma agrária e apóia a implementação do processo de desenvolvimento sustentável, da produtividade e da melhoria social e cultural das famílias beneficiadas. O senador apontou ainda o Projeto Casulo, que aproveita mão-de-obra disponível na periferia urbana, e o Projeto Roda Viva, que implementa ações para o aumento da qualidade e produtividade nos assentamentos.

— Fazer reforma agrária não é somente oferecer um lote de terra a um assentado. Mesmo que o beneficiado tenha a melhor apti-



Edison Lobão destaca que assistência técnica é essencial para os assentados

dão para a lide agrícola, ele não sobrevive sem a assistência inicial. Precisar dos instrumentos e insumos para trabalhar a terra. Todas essas preocupações estão presentes na política da reforma agrária do atual governo — disse.

Senado decide sobre número de candidatos

Proposta estabelece que partidos poderão registrar até triplo das cadeiras na Câmara dos Deputados, Assembléias e Câmaras Municipais

O Senado delibera nesta quarta-feira sobre mais um projeto da reforma política: será votado substitutivo do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) a projeto oriundo da Câmara estabelecendo uma nova disciplina para o registro de candidaturas nas eleições proporcionais.

O substitutivo estabelece que cada partido ou coligação poderá registrar candidatos até o triplo do número de lugares a preencher na Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais. O texto da Câmara fixava em cem o número de candidatos a deputado que um partido pode apresentar.

No substitutivo, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado,



Substitutivo de Antonio Carlos Júnior será votado na quarta-feira

ficou estabelecido que cada partido ou coligação reservará o mínimo de 30% e o máximo de 70% das vagas para candidaturas de cada sexo. A proposta prevê ainda que, caso as convenções não indiquem o número máximo de candidatos permitido, a direção do partido poderá preenchê-lo até 60 dias antes da eleição.

Antonio Carlos Júnior justificou seu substitutivo alegando que a Casa já aprovara anteriormente projeto do senador Sérgio Machado (PMDB-CE) com as mesmas normas. Mas os deputados acabaram por anexá-lo ao projeto que limitava o número de candidatos, ficando prejudicada a proposição do senador.

Valadares destaca editorial sobre ética no setor público

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) elogia o editorial "Inversão de valores", publicado pelo *Jornal de Cidade*, de Aracaju, que ressalta a importância da ética na condução dos negócios públicos. Ao abordar a corrupção no setor público, o texto cita, entre outros casos, acusação dirigida ao governador de Sergipe, Albano Franco, de financiamento de sua campanha à reeleição com recursos públicos.

Após afirmar que a sociedade brasileira vem caminhando na "contramão" dos princípios morais e éticos que norteiam a cidadania, o editorial menciona episódios recentes de políticos que, acusados da prática de desvio de dinheiro público, teriam assumido a posição de vítima de injustiça. O artigo também menciona o caso do ex-senador Jader Barbalho (PMDB-PA), que renunciou ao cargo para não ser processado por quebra de decoro parlamentar.

"A honestidade, o empreendedorismo, o cumprimento da palavra empenhada estão se tornando qualidades raras, notadamente entre os dirigentes políticos e jurídicos, homens públicos e líderes de organismos sociais", segundo o artigo. Para o editorialista, o

proceder correto e íntegro, o dever de tratar a coisa pública com respeito e austeridade perderam-se diante do fascínio do enriquecimento ilícito e da decadência das instituições voltadas ao cumprimento da ordem e da lei.

O editorial do *Jornal da Cidade* faz outras duas constatações graves: o fortalecimento do tráfico de influência e a impunidade dos praticantes de crimes do colarinho branco, mesmo que sejam "desmascarados e execrados publicamente". Valadares também fez questão de destacar trecho que defende que todo "político corrupto tem que ser afastado da vida pública e restituir ao erário o que subtraiu".



Artigo citado por Antonio Carlos Valadares aponta fortalecimento do tráfico de influência



Waldeck Ornélas foi quem propôs Comissão do São Francisco

Comissão ouve presidente da Agência de Águas

O diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Jerson Kelman, falará amanhã, às 14h30, na comissão especial do Congresso Nacional criada para acompanhar e avaliar o projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O projeto foi assinado pelo presidente da República em junho último, quando anunciou as medidas para a revitalização do rio que devem ser adotadas antes do início das obras para a transposição de suas águas para estados do Nordeste.

A comissão foi criada por proposta do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) e tem como relator o senador Paulo Souto (PFL-BA). É integrada por 14 deputados e senadores, representantes de estados banhados pelo rio. A Bacia do São Francisco, com cerca de 630 mil quilômetros quadrados, possui uma população de 12 milhões de pessoas. O rio movimentava nove usinas hidrelétricas.

Gilvam pede rapidez na reforma do Judiciário

A lentidão da Justiça no Brasil foi criticada em Plenário, na sexta-feira, pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que cobrou o empenho do Congresso Nacional em favor da rápida aprovação da reforma do Judiciário, que está em tramitação no Senado.

— Conclamo o presidente do Senado, Ramez Tebet, e o da Câmara, Aécio Neves, a viabilizar a votação da agenda de reformas — assinalou, referindo-se ainda às reformas política e tributária. Voltando a enfatizar as deficiências do Judiciário brasileiro, o senador peemedebista observou que, quando se trata da morosidade, são "incontáveis" os casos em que pessoas, famílias e até comunidades inteiras terminam condenadas ao prejuízo material, ao desgaste emocional e ao sacrifício.

Para ilustrar a "perversa lentidão" da Justiça, Gilvam Borges informou que chega a 31 meses o tempo médio de tramitação de uma causa trabalhista, prazo que sobe para 38 meses quando o processo é da alçada da Justiça comum e para 46 meses quando a matéria tramita na Justiça Federal. "Nos chamados países desen-



Gilvam acredita que mudanças porão fim à morosidade do Judiciário

volvidos, o tempo médio de um processo judicial é de apenas 100 dias, ou seja, pouco mais de três meses", afirmou.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) respaldou o apelo de Gilvam pela celeridade na reforma do Judiciário. Entre as mudanças propostas para melhorar o nível da prestação jurisdicional, destacou a súmula vinculante, que torna referência para as demais instâncias uma decisão adotada pelo Supremo Tribunal Federal.

Gilvam manifestou expectativa de que a reforma do Judiciário consiga torná-lo mais "independente, forte, qualificado e competente, apto a responder com presteza e exatidão às crescentes necessidades da sociedade".

Carlos Bezerra elogia projeto do Ministério Público de Mato Grosso

O projeto Promotoria Comunitária, desenvolvido pelo Ministério Público de Mato Grosso, para levar os promotores de Justiça aos bairros residenciais, invertendo a ordem tradicional da prestação do serviço, mereceu aplausos do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). O objetivo do projeto, informou, é aumentar em 50% o atendimento ao público, dando ênfase para as questões ligadas ao direito do consumidor, meio ambiente, direitos da criança e outras questões jurídicas.

O projeto já havia sido implementado em caráter experimental nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande. Essa experiência piloto serviu de modelo para outros municípios do estado, como Sinop, que conta com os benefícios do programa desde setembro.

A iniciativa do Ministério Público, conforme Carlos Bezerra, remonta à elaboração do Plano de Ação Estratégica para o biênio 2001/2002, quando, de acordo com o senador, o governo do estado definiu como política prioritária a intensificação do traba-



Promotoria Comunitária facilita acesso à Justiça no estado, afirmou Carlos Bezerra

lho na área social. Centralizado em Cuiabá, o projeto atende a 5 mil pessoas por mês, com queixas desde irregularidades na prestação de serviços públicos até ofensas a direitos da coletividade.

Segundo Carlos Bezerra, a Promotoria de Mato Grosso, consciente de que a lei deve ser interpretada como meio de transformação social e modo de operacionalização democrática, concluiu que não haveria como priorizar o trabalho comunitário senão pela facilitação do acesso da comunidade à instituição e pelo ataque aos gargalos nos setores público e privado no exercício da cidadania.

Cabral propõe medidas para agilizar Justiça

No relatório que deverá apresentar quarta-feira sobre a reforma do Judiciário, senador estende para STJ e TST o chamado efeito vinculante, que obriga instâncias iniciais a seguir decisões dos tribunais superiores

O provérbio “Antes tarde do que nunca” não funciona quando o assunto é Justiça, que, para realmente garantir direitos, tem que ser rápida e eficaz. Mesmo reconhecendo que apenas uma emenda constitucional não irá resolver completamente o problema, é a morosidade da Justiça a preocupação principal manifestada pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) no relatório que elaborou sobre a proposta de reforma do Judiciário. O senador deve apresentar o documento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nesta quarta-feira.

Uma das alterações que propõe com a finalidade de reduzir o número de causas – e acelerar o andamento dos processos – é vincular as decisões de instâncias iniciais também às adotadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Tribunal Superior do Trabalho (TST). Assim, decisões sobre as quais essas cortes já tenham se pronunciado não podem ser diferentes em outras instâncias. A proposta original prevê o chamado efeito vinculante somente para o Supremo Tribunal Federal. Estendendo a medida para outros tribunais superiores, Cabral pretende dar mais agilidade a decisões que envolvam temas que já fo-

ram objeto de apreciação pelo Judiciário.

O senador também vai incluir em seu relatório a proibição do nepotismo, que foi derrubada na Câmara. Cabral quer abolir a possibilidade de que magistrados empreguem parentes nos tribunais, inclusive de maneira indireta. O estabelecimento de uma quarentena para que juízes

aposentados possam advogar na mesma corte em que atuavam também está entre as modificações sugeridas no relatório.

Para analisar a proposta já aprovada pela Câmara dos Deputados, Cabral, que também é presidente da CCJ, ouviu os mais diversos setores ligados ao Judiciário, realizou cinco audiências pú-

blicas e acolheu sugestões enviadas pela Ordem dos Advogados do Brasil, STJ e outras instituições.

A seguir, trechos da entrevista concedida pelo senador ao *Jornal do Senado* e à Agência Senado, na qual ele também se mani-



Diversos setores do Poder Judiciário foram ouvidos nas audiências realizadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a reforma

festou radicalmente contrário ao estabelecimento da “mordaça” em qualquer nível no Judiciário.

EFEITO VINCULANTE

“Estamos estendendo o efeito vinculante também para o STJ e TST, que têm um maior número de causas que o STF. Veja bem, esse mecanismo vai diminuir o número de causas, mas a lentidão vai ser combatida mesmo é com outras reformas de cunho infraconstitucional.”

NEPOTISMO

“O Senado não dará cobertura a nenhuma forma de nepotismo. Faço questão de ressaltar que minha opinião sobre o caso é rigorosamente idêntica à da OAB: não aceitamos de nenhum modo o nepotismo, nem o

direto, quando o próprio chefe nomeia seus parentes, nem o indireto, que ocorre quando um combina com outro as nomeações. Ingresso só através do concurso público.”

QUARENTENA

“Vamos supor que um desembargador se aposente. No dia seguinte, ele pode começar a advogar e vai se encontrar em situação privilegiada em relação aos outros. Por isso, proponho uma quarentena de três anos para que ele possa exercer a advocacia no mesmo estado em que atuava. Se for em outro estado, não há proibição.”

PAPEL DO STF

“Sou contra mudanças no STF que visem transformá-lo em

corte constitucional com mandato. O caráter vitalício é importante tanto para o desempenho das atribuições, quanto para atrair os melhores profissionais para o cargo. Trata-se de indicação política? Sim, pelo presidente da República, mas o Senado tem o poder de vetar qualquer nome que julgue incapacitado para a função.”

RECURSOS INFINDÁVEIS

“Sou a favor da redução dos recursos e resalto que até a OAB é favorável a medidas que reduzam o excesso. Note bem, refiro-me àqueles de caráter meramente protelatório, que têm o único objetivo de atrasar o andamento da causa.”

CONTROLE EXTERNO

“Concordo com o controle externo das atividades-fim do Judiciário, relacionadas ao Direito. Para as atividades-meio já existem mecanismos de controle que podem ser aperfeiçoados por outros regulamentos.”

LEI DA MORDAÇA

“Sou rigorosamente contrário a mordaça e resalto que o mecanismo que proibiria a divulgação de informações por membros da Justiça já está fora da emenda constitucional em análise e, se não estivesse, eu o retiraria.”

O provérbio “Antes tarde do que nunca” não funciona quando o assunto é Justiça, que, para garantir direitos, tem que ser rápida e eficaz

Controle externo do Poder Judiciário e proibição do nepotismo geram polêmica

A reforma do Judiciário foi aprovada pela Câmara dos Deputados em junho de 2000, depois de oito anos de discussão. Um dos pontos considerados polêmicos do substitutivo da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) à proposta original do então deputado Hélio Bicudo é a criação de órgão para o controle externo do Judiciário.

A discussão da proposta na Câmara demonstrou a complexidade do assunto. Outro ponto polêmico, e que será novamente discutido no Senado, é a proibição do nepotismo (contratação de parentes para cargos públicos). O Plenário da Câmara rejeitou a

proibição. O senador Roberto Freire (PPS-PE) já apresentou dois projetos de lei propondo o fim do nepotismo. Aprovados no Senado, aguardam deliberação da Câmara. Bernardo Cabral volta ao tema e defende a manutenção da proibição do emprego de parente (*veja matéria*).

A emenda constitucional chegou ao Senado há cerca de um ano e meio. Já foi debatida em cinco audiências públicas e precisa ser aprovada pela CCJ e depois em Plenário. Anexas à proposta, tramitam ainda outras 16 emendas constitucionais que tratam de temas semelhantes.

Como o relator já adiantou alterações no substitutivo da deputada, a matéria, depois de apreciada pelo Senado, voltará a ser debatida na Câmara. A reforma do Judiciário está sendo feita por meio de uma proposta de emenda constitucional (PEC) e não há na sua tramitação no Congresso a figura da Casa revisora. Portanto, projetos de lei originários da Câmara e modificados no Senado retornam para apreciação dos deputados, que mantêm ou não as modificações. No caso das PECs, a matéria pode ficar tramitando entre as duas Casas até que haja consenso.



Freitas destaca avanço na criação da Ancine

Para senador, MP do Cinema tem mais pontos positivos do que polêmicos e cria nova política de estímulo para o setor

O presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, senador Freitas Neto (PSDB-PI), disse considerar grande avanço para a indústria cinematográfica brasileira a edição da Medida Provisória nº 2.228-1, que estabelece incentivos à produção de filmes nacionais e cria a Agência Nacional de Cinema (Ancine). Ele anunciou que vai intensificar, até o final deste ano, a realização de audiências públicas com participação de todos os segmentos ligados ao setor. Após esses depoimentos, a subcomissão oferecerá relatório, a título de contribuição, à Comissão Mista – ainda a ser instalada – que examinará a medida provisória.

Freitas Neto acha que o grande mérito da medida provisória foi, realmente, o de criar nova política de estímulo à indústria cinematográfica, uma área importante para a promoção do país no exterior. A MP, para o senador, contém mais pontos positivos que polêmicos e foi apresentada num momento importante para o fortalecimento do setor, que se tem destacado na conquista de diversos prêmios internacionais.

O senador acha que é preci-



Freitas Neto anunciou realização de debates sobre a medida provisória

so discutir o assunto com todos os segmentos interessados, inclusive com o setor de televisão a cabo, que ficará sujeito ao pagamento de taxas para com isso viabilizar a formação de um fundo destinado a financiar empreendimentos na área cinematográfica.

APERFEIÇOAMENTO

Integrante da comissão mista que vai estudar a MP, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) considerou excelente a iniciativa do governo, que, segundo ele, aproveitou boa parte das propostas feitas no relatório final da comissão provisória presidida pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), que também estudou o assunto no Senado.

Para Arlindo Porto, o importante agora “é que o Congresso consiga discutir e aperfeiçoar a proposta do governo, de modo a dotar o país de legisla-

ção moderna e eficaz para enfrentar todas as sutilezas do mercado de comunicação dos nossos dias”. Sobre a criação de taxas para gerar recursos destinados a financiar projetos cinematográficos, Arlindo Porto declarou:

– É preciso compreender que se quisermos ter realmente um cinema de qualidade, temos de estar dispostos a pagar por isso.

TAXAÇÃO PREOCUPA

O relator designado para a comissão mista que vai estudar a MP, deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), acha que a nova política de cinema para o Brasil deve ser discutida de forma desapassionada. Mas, em princípio, não considerou boa a idéia de se taxarem as operadoras de tevê a cabo para carrear recursos para o cinema. “Seria descobrir um santo para cobrir outro” – assinalou.

Projeto muda apresentação do Hino e da Bandeira Nacional

A Comissão de Educação (CE) examina amanhã projeto de lei de iniciativa do Executivo que faz várias mudanças na forma e na apresentação dos Símbolos Nacionais. Uma das alterações prevê a substituição do ramo de fumo por um ramo de guaraná no desenho das Armas Nacionais e permite o uso de roupas identificadas com a Bandeira Nacional.

O projeto foi encaminhado ao Congresso pela Presidência da República, depois de demorada discussão dos Ministérios da Justiça, da Cultura e da Defesa com a sociedade. No Senado, ele passou a tramitar junto com outros projetos sobre o assunto, inclusive uma proposta do

senador Jefferson Péres (PDT-AM), que sugere a troca do ramo de fumo.

O projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO), que apresentou três emendas. A proposição torna menos rigorosas exigências sobre a apresentação do Hino e da Bandeira Nacional. Exemplo: o projeto autoriza a reprodução da bandeira em paredes, vidraças, veículos, utensílios e objetos de uso pessoal.

Ao mesmo tempo, a proposta cria na Lei de Contravenções Penais um novo capítulo sobre a punição para quem desrespeitar a Bandeira Nacional, prevendo pena de prisão de três meses a um ano.



Moreira Mendes apresentou parecer favorável à proposta de iniciativa do Executivo

Entre as novidades da proposta, está a permissão para que seja executado o Hino Nacional com arranjos vocais ou instrumentais diferentes, mas nunca em solenidades oficiais, desde que não afronte ou desrespeite o hino. Também é dada autorização a saudação, na forma de palmas, por ocasião do hasteamento da bandeira ou execução do Hino Nacional.

Senado participa da Feira do Livro de Porto Alegre

O Senado está participando, pela terceira vez, da Feira do Livro de Porto Alegre, onde já havia estado, com grande sucesso, em 1998 e 1999. A cerimônia de inauguração do evento, na sexta-feira, contou com a presença da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) e do governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra. Na ocasião, o professor Paulo Flávio Ledur, presidente da Câmara Rio-Grandense do Livro, que organiza a feira, destacou a presença do Senado entre os parceiros que possibilitaram a realização desta 47ª edição.

No estande do Senado estão à venda, a preço de custo, mais de 100 publicações, abrangendo áreas como *História, legislação, Direito e Política*. Também será distribuído, gratuitamente, o livro *Dados Biográficos dos Senadores do Rio Grande do Sul desde o Império*, atualizado especialmente para esta edição da feira.

O estande permite ainda aos interessados assistir à TV Senado, navegar pelas páginas do Senado na Internet e receber o *Jornal do Senado* gratuitamente. Para as crianças, é oferecida a revistinha *Jovem Cidadão*, com jogos e textos que introduzem noções de cidadania.

Estão previstos também dois eventos com a presença de sena-

dores gaúchos. No dia 9 de novembro, Pedro Simon (PMDB-RS) autografará a coletânea de textos escolhidos de Alberto Pasqualini. No dia 10, no estande do Senado, Emilia Fernandes autografará coletânea de seus discursos.

PERNAMBUCO

Nos dez dias em que esteve presente à 3ª Feira Internacional do Livro de Pernambuco, no Recife, o Senado ofereceu aos visitantes as mais de 130 publicações do Catálogo de Publicações da Casa e permitiu que os pernambucanos conhecessem mais sobre a instituição. O evento foi encerrado ontem.

Durante a feira, o estande do Senado recebeu a visita do vice-presidente da República, Marco Maciel, e dos senadores Carlos Wilson (PTB-PE) e Roberto Freire (PPS-PE). Carlos Wilson, primeiro-secretário do Senado, participou de sessão de autógrafos, distribuindo livros sobre sua atuação parlamentar. Ele também distribuiu os primeiros exemplares da Constituição do estado em braile a representantes de instituições de deficientes visuais de Pernambuco.

No evento, foram lançados ainda o livro *Dados Biográficos dos Senadores de Pernambuco*, distribuído gratuitamente, assim como a Lei de Responsabilidade Fiscal comentada.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h – Saúde/Unip – Alcoolismo – Parte 1
6h30 – Agenda Econômica – O professor Dércio Munhoz fala sobre a crise econômica internacional
7h30 – Entrevista – O sen. Mauro Miranda fala sobre a produção de alimentos
8h – Jornal do Senado – O resumo das atividades do Senado
8h30 – Saúde/Unip – Alcoolismo – Parte 1
9h – Fala Cidadão – A conexão do Senado com a sociedade
9h30 – Entrevista – O sen. Pedro Piva fala sobre a desnacionalização da economia
10h – Comissão do Rio São Francisco (gravado)
11h30 – Idéias – Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
12h – Redescobrimo – Lampião
12h30 – Entrevista – O sen. Mauro Miranda fala sobre a produção de alimentos
13h – Fala Cidadão – A conexão do Senado com a sociedade
13h30 – Agenda Econômica – O professor Dércio Munhoz fala sobre a crise econômica internacional
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 – Entrevista – O sen. Pedro Piva fala sobre a desnacionalização da economia
11h30 – Idéias – Os senadores: opinião, discursos e novos projetos

19h30 – Agenda Econômica – O professor Dércio Munhoz fala sobre a crise econômica internacional
20h30 – Entrevista – O sen. Mauro Miranda fala sobre a produção de alimentos
21h – Jornal do Senado – O resumo das atividades do Senado
21h30 – Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h – Música, informação e serviços
7h30 – Senado Notícias em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h – Senado Primeira Hora – As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h – Música informação e serviços
9h30 – Festa de Arromba – Nos tempos da Jovem Guarda
Em seguida – Música, informação e serviços
13h30 – Festa de Arromba – Nos tempos da Jovem Guarda (representação)
14h15 – Senado Notícias – Edição da tarde
14h30 – Sessão Plenária do Senado
19h30 – A Voz do Brasil
20h – Música, informação e serviços
20h30 – Festa de Arromba – Nos tempos da Jovem Guarda (representação)
22h – Senado Notícias – Edição da noite
23h – Vozes do Século XX

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



Para Lúcio Alcântara, Nações Unidas devem desempenhar papel central nas discussões

Nova ordem exige atuação da ONU, diz Alcântara

Uma nova ordem mundial, embora ainda indefinida, já começa a ser traçada, sendo foco de questionamentos e inquietações. Nesse contexto, é importante que a Organização das Nações Unidas (ONU) volte a desempenhar papel central na discussão dos principais problemas mundiais, afirmou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) em debate com estudantes no Colégio Lourenço Filho, em Fortaleza (CE), realizado no dia 19 deste mês e relatado em pronunciamento.

Alcântara fez uma análise histórica geral sobre o processo de expansão do sistema capitalista, passando pelas duas grandes guerras, o avanço da tecnologia e o desmonte do regime socialista na Europa Oriental, com a desintegração da União Soviética e o conseqüente fim da guerra fria, o que deixou os Estados Unidos na condição de única superpotência mundial. Ressaltou, no entanto, que esse cenário é bem mais complexo porque, entre os próprios aliados dos EUA, há países que não se subordinam facilmente aos interesses daquele país, como França e Alemanha. Além disso, observou, a China tende a ampliar sua projeção internacional e a Rússia mantém seu arsenal nuclear.

— A nova ordem mundial é razoavelmente indefinida e, por isso mesmo, passível de questionamentos e foco de inquietações. Essa nova ordem, claramente em processo de gestação, cujo resultado final ninguém pode prever, fixa-se por sobre dois fenômenos, um de natureza fundamentalmente econômica, outro de indistigável conotação política.

Para Alcântara, os recentes acontecimentos que abalaram o mundo realçam novos aspectos “nesse confuso quadro mundial” e a violência terrorista mostrou que não há fortaleza inexpugnável.

Comissão examina mudança que aumenta vida útil de lâmpada

Proposta determina que fabricantes produzam lâmpadas incandescentes de 127 volts que sejam capazes de suportar tensão até 10% superior à distribuída pelas concessionárias

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examinará amanhã projeto que pode aumentar em até 54% a vida útil das lâmpadas incandescentes fabricadas no país. A idéia é proibir a fabricação e venda de lâmpadas de 120 volts, porque a energia distribuída em várias regiões apresenta uma tensão de 127 volts. Além do prejuízo com as lâmpadas, que têm durabilidade menor, os consumidores pagam contas mais altas, pois o consumo de eletricidade delas é maior.

O projeto foi apresentado na Câmara pelo deputado Luciano Zica (PT-SP) e, no Senado, conta com parecer favorável do senador Freitas Neto (PSDB-PI). O au-



Projeto de Osmar Dias proibindo cobrança da taxa mínima de energia também será analisado pela CAE

tor sustenta que os fabricantes produziam lâmpadas de 127 volts e, sem qualquer explicação, pas-

saram a distribuir lâmpadas adequadas para 120 volts, num “claro desrespeito aos consumidores”, com “o único intuito de auferir maiores lucros pelo aumento das vendas de seus produtos”. O retorno às lâmpadas de 127 volts, conforme o deputado, aumenta a durabilidade em 54%.

A proposta prevê que as lâmpadas devem ser fabricadas para suportar uma tensão até 10% superior à distribuída pelas concessionárias. Além disso, sua embalagem deve trazer impressas informações sobre luminosidade e durabilidade em horas. O fabricante que descumprir essas normas poderá ser multado em até R\$ 53,2

mil e, em caso de persistência na infração, a produção poderá ser suspensa.

TAXA MÍNIMA

Na mesma reunião, a pauta da CAE traz projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que proíbe as companhias distribuidoras de energia elétrica de cobrarem taxa mínima dos consumidores residenciais, a título de “custo de disponibilidade”. A proposição determina que a conta de luz deverá informar qual foi o consumo, e o valor cobrado deve se referir apenas a esse consumo.

A taxa mínima foi suspensa no segundo trimestre deste ano pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

Projeto exclui Goiás, Tocantins e DF do horário de verão

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) delibera nesta quarta-feira sobre projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que veda a implantação do horário de verão nos estados de Goiás e Tocantins e no Distrito Federal. O autor do projeto alega que, embora o horário de verão dê resultado em países mais distantes do Equador, sua aplicação em países tropicais tem poucos resultados práticos.

Maguito Vilela afirma que, ao contrário do que se verifica nas grandes latitudes, nos trópicos a duração dos dias e das noites é

praticamente a mesma ao longo do ano inteiro. Assim, não havendo suficiente excesso de claridade nas regiões subequatoriais durante o verão, não há resultado significativo nessa economia.

Ele sustenta que, exceto o Brasil, nenhum país subequatorial adota o horário de verão. Referindo-se particularmente ao Distrito Federal, disse que há uma hora a mais de sol somente no período de 30 de novembro a 9 de janeiro, período curto demais para justificar os transtornos sofridos por grande contingente de trabalhadores.



Maguito Vilela aponta transtornos aos trabalhadores com o horário de verão

Lembrando que esses trabalhadores têm que sair para o trabalho quando ainda está escuro, arris-

cando a própria segurança, Maguito sustentou que, se o horário de verão não for implantado em Goiás, Tocantins e Distrito Federal, a repercussão disso na crise energética será insignificante.

Na mesma reunião, a CI vota projeto criando adicional tarifário de 1%, a incidir sobre o valor da tarifa de todos os bilhetes de viagens aéreas por linhas regulares domésticas não suplementadas. Os recursos arrecadados seriam aplicados, exclusivamente, na suplementação tarifária de linhas aéreas regionais de passageiros que operam dentro da Amazônia Legal.

Transporte gratuito de paciente do SUS volta a ser discutido

Em sua reunião desta quarta-feira, às 9h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá prosseguir a discussão do parecer do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) favorável ao projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a fornecer transporte, alimentação e pousada aos pacientes que necessitarem submeter-se a procedimentos médico-assistenciais não disponíveis em sua região de domicílio.

O projeto de Marina Silva propõe que o transporte do paciente ocorra prioritariamente para as localidades mais próximas do seu município de origem. Quando necessário, os benefícios serão es-



Marina Silva propõe que transporte seja feito para municípios mais próximos

tendidos ao acompanhante.

Também está na pauta substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC) ao projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta as técnicas de reprodução assistida.

Geraldo Cândido faz avaliação positiva dos trabalhos de CPI

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse que a CPI do Roubo de Cargas reuniu elementos para incriminar os chamados “peixes graúdos”, pois “há indícios da participação de policiais, delegados, prefeitos, deputados estaduais e vereadores, além de denúncias de que grandes redes de supermercados comprariam cargas roubadas”.

A CPI ouviu na quarta-feira o funcionário da Secretaria da Fazenda do Distrito Federal Sebastião Brum Filho, acusado de fornecer notas fiscais falsas para facilitar o trânsito de cargas roubadas nas estradas. Evasivo em suas respostas e usando um tom agressivo ao se dirigir aos senadores, Brum recebeu voz



Geraldo: CPI do Roubo de Cargas reuniu elementos para incriminar “peixes graúdos”

de prisão de Geraldo Cândido, que presidia a reunião. Brum entrou em contradição várias vezes e não soube explicar conversa entre ele e um ladrão de cargas, gravada por meio de escuta telefônica autorizada.

Malan pode ser convocado para falar sobre Código do Contribuinte

O Plenário vota amanhã requerimento para que o ministro da Fazenda explique a repercussão que a proposta, se aprovada, terá nas receitas do Tesouro



Senador defende construção da Rodovia Transcontinental, que dará saída para o Oceano Pacífico

Nabor: rodovia facilitará acesso ao exterior

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu na sexta-feira, da tribuna do Plenário, a construção da Rodovia Transcontinental com o objetivo de viabilizar a saída do Brasil para o Oceano Pacífico. A rodovia iria encurtar em 4 mil milhas marítimas o acesso dos produtos brasileiros aos mercados do Extremo Oriente. A estrada, já prevista em acordos entre o Brasil e o Peru, poderá significar, na opinião de Nabor Júnior, uma era de desenvolvimento para todo o Norte do país, reduzindo-se o atraso de 50 anos da região, se comparada às regiões brasileiras mais desenvolvidas.

Nabor Júnior, que já foi governador do Acre, disse que lembrava o governo dessa reivindicação acreana e de toda a região Norte, pela oportunidade surgida com a realização da 24ª Feira Internacional do Pacífico (FIP), de 19 a 26 de novembro, em Lima (Peru), que deverá receber cerca de 30 mil pessoas, de 31 países, à procura de oportunidades de negócios nas mais diversas áreas como agroindústria, piscicultura, alimentos, cosméticos, e indústrias automotiva, de papel, química, têxtil, moveleira e de borrachas.

Em apartes ao discurso, os senadores Carlos Patrocínio (PTB-TO) e Gilvam Borges (PMDB-AP) elogiaram a iniciativa de Nabor Júnior em favor de uma maior integração do país.

Um dia antes da votação do projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que instituiu o Código de Defesa do Contribuinte, o Senado votará, amanhã, requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, compareça à Casa para explicar a repercussão da proposta sobre as receitas do Tesouro.

O projeto de Bornhausen permite que o contribuinte em débito fiscal que esteja contestando judicialmente a dívida tenha acesso a benefícios fiscais e creditícios oficiais e participe de licitações públicas. O texto enfrenta a resistência dos partidos de oposição, que o consideram prejudicial à arrecadação de impostos.

Na última vez em que o assunto



Pedro Simon é autor do requerimento de convocação do ministro Pedro Malan

foi discutido em Plenário, Pedro Simon disse recear que o projeto seja mais favorável ao sonegador que ao cidadão que paga impos-

tos. Na ocasião, ele e outros senadores reclamaram também que o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, jamais veio ao Senado para falar do impacto da proposta sobre a arrecadação tributária.

Durante a discussão, o líder do governo, Artur da Távola (PSDB-RJ), argumentou que é preferível ouvir o ministro Malan na Comissão de Assuntos Econômicos, onde, avalia, a discussão seria mais produtiva, do que levá-lo ao Plenário. As oposições concordaram com o líder e a votação do requerimento ficou marcada para um dia antes da data fixada para votação do projeto.

Luiz Otávio pede nova auditoria nas teles

Encarregado pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) de apresentar relatório sobre auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Sistema de Telecomunicações Brasileiro, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) propôs que o colegiado solicite um novo trabalho ao tribunal com a finalidade de comparar esse mesmo sistema em dois momentos: antes e depois da privatização do setor. A auditoria original, justificou, é anterior a todo o processo de privatização das telecomunicações brasileiras.

— Considerando que o modelo do setor de telecomunicações já está em funcionamento e que o processo de privatização já foi praticamente concluído, caberia um estudo do TCU comparando a situação anterior com a do momento atual — propôs o senador.

O parlamentar também sugeriu que o estudo verifique “se as em-



Senador quer comparar situação antes e depois da privatização

presas estão cumprindo metas estabelecidas nos contratos, com base nos planos governamentais para o setor, como por exemplo o Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU) e o Plano Geral de Metas e Qualidade (PGMQ)”. Ele elogiou, contudo, o resultado do trabalho apresentado pelo TCU

João Alberto quer mais proteção à infância

O senador João Alberto (PMDB-MA) disse que a desaceleração do processo de desenvolvimento econômico e social, consequência dos ataques terroristas sofridos pelos Estados Unidos, trará efeitos desastrosos para as crianças dos países emergentes. Ele defendeu uma coalizão global em favor das crianças carentes do mundo.



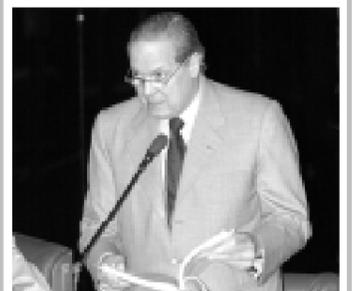
Crise econômica vai agravar mortalidade infantil, diz João Alberto

João Alberto citou declaração do presidente do Banco Mundial, para quem a consequência direta dos ataques terroristas de 11 de setembro será a morte de 20 mil a 40 mil crianças com menos de 5 anos de idade no mundo.

O senador lamentou o cancelamento, pela Organização das Nações Unidas, da Sessão Especial sobre

a Criança, cujo objetivo era analisar os resultados obtidos por 71 países que assinaram, em 1990, a Declaração Mundial para a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança.

João Alberto chamou a atenção para notícias de que recursos do Programa Bolsa-Escola começaram a ser desviados. Ele condenou a prática, afirmando que só administradores públicos “desprovidos de ética e de sensibilidade” poderiam fazer algo assim, e pediu a apuração rigorosa das denúncias.



Piva é autor de projeto que destinou mais recursos para a prática esportiva não profissional

Piva defende incentivo ao esporte amador

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) lamentou a falta de reconhecimento público e oficial ao esporte amador brasileiro e defendeu o incentivo à construção de quadras esportivas e a concessão de bolsas de estudos associadas à prática de esporte. Ele lembrou ter apresentado projeto de lei, já sancionado pelo presidente da República, destinando percentuais dos concursos de prognósticos e das loterias para o desenvolvimento dos esportes olímpico e paraolímpico, dizendo que tomou a iniciativa preocupado diante do fracasso da equipe brasileira em Sydney.

A lei originada do projeto de sua autoria, recordou o senador, destina 2% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias, cuja realização estiver sujeita a autorização federal, aos comitês de incentivo ao esporte brasileiro, sendo 85% para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e 15% para o Comitê Paraolímpico Brasileiro. Desse total, 10% deverão ser investidos em desporto escolar e 5% em desporto universitário.

— Graças aos novos recursos, seremos capazes de realizar um trabalho integrado, beneficiando novos atletas, profissionais de educação física e levando-os a concretizar o seu sonho de bem representar seu país — afirmou Piva.

O senador também destacou o alcance social da lei, que contribui para programas infanto-juvenis, conduzidos em parceria com escolas e secretarias estaduais e municipais. Ele lembrou que crianças carentes poderão encontrar uma ocupação saudável para seu tempo livre, diminuindo inclusive a delinquência.